

## **É PERMITIDO PROIBIR: O POLICIAMENTO POLÍTICO E O IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA NO NORTE-PARANAENSE.**

*Verônica Karina Ipólito\**  
*Angelo Aparecido Priori\**

**Resumo:** Esse trabalho tem por objetivo enfatizar o impacto do anticomunismo sobre a dinâmica institucional da Polícia Política Paranaense – DOPS/PR, bem como sobre o imaginário policial em relação aos comunistas no período compreendido entre os anos de 1945 a 1953. Procura-se compreender a trajetória do pensamento anticomunista, tentando desvendar o que dava fundamento as autoridades policiais em compartilhar desse imaginário e justificar suas ações. O pensamento político é averiguado buscando-se perceber como esse imaginário possibilitou à polícia construir a sua identidade, dar sentido e legitimar suas ações de policiamento político, destacando-se aí principalmente a influência estadunidense no aparato da polícia política a nível nacional.

**Palavras-chave:** anticomunismo; DOPS-PR; PCB.

**Summary:** This work aims to emphasize the impact of anticommunism about the dynamical institution of the Political Police of the Parana State – DOPS-PR and about the police imaginary related to the communists in the period between the years 1945 to 1953. It is important to notice the rout of the anti-communism thought, in order to understand what motivates the police authorities to share this imaginary and what points justify their actions. The police imagery is checked in order to notice how it gave the police the opportunity to construct their identity, how to give them sense and became truth their actions of political police. It is mainly important to highlight the North American influence in the system of political police in the national setting.

**Keywords:** anticommunism; DOPS-PR; PCB.

O período de 1945 a 1953 contempla o fim do regime ditatorial estadonovista e o início da democratização inaugurada, segundo a historiografia tradicional, no governo do General Eurico Gaspar Dutra. Nesse momento, o Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>1</sup> consegue dois anos de legalidade política (1945-1947), mas no fundo, o governo continuava alimentando os organismos repressores e contradizendo a Constituição de 1946<sup>2</sup>. Em 1953 foi promulgada a Lei de Segurança Nacional (LSN) que centralizava ainda mais o controle da sociedade civil nas mãos do Estado. Com esse cenário e tendo como pano de fundo o contexto de expansão do comunismo, e em contraposição, do anticomunismo, tomaremos como objeto de análise o setor correspondente a repressão político-ideológico da época corporificada na polícia política e o anticomunismo presente nessas instituições. Trataremos especificamente da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS-PR), a qual, utilizando-se da “lógica da suspeição”<sup>3</sup>, via qualquer indivíduo como suspeito em potencial.

Em fins da década de 1940 e início dos anos de 1950 o Estado do Paraná foi marcado pela efervescente organização dos trabalhadores rurais, sobretudo sintetizado na luta pela terra, como foram os casos da "Guerra de Porecatu" (1948-1951) e a "Revolta do Sudoeste" (1957), e por uma luta política cotidiana nas cidades, sejam pelos debates políticos do final da Segunda Guerra Mundial, do processo de legalização do PCB e sua posterior proscrição ou dos constantes movimentos sociais urbanos.

A atuação da polícia política nesse período configura-se ainda pelo controle político-cultural ou de qualquer forma de expressão que contenha ou signifique ameaça à ordem social estabelecida. A idéia e o pensamento eram os objetos de censura e de investigação. Nessa perspectiva, o órgão censor apresenta-se mais eficaz. Entidades ou instituições – cinemas, teatros, clubes, meios de comunicação, bares, bordéis, etc – passam a ser alvo de vigilância permanente, tornando-se objeto de investigação policial, sejam porque agregam um número significativo de indivíduos, sejam porque atuam como formadores de opinião, ou por adotarem uma postura contrária ao regime, atentando ainda contra a moral e os bons costumes.

O fim do Estado Novo e o início da democratização não deixaram dúvidas de que o Brasil não era o mesmo da Revolução de 1930. O modelo de substituição das importações<sup>4</sup> praticado pelo Estado Novo criou uma nova realidade brasileira, fazendo com que o país alcançasse o capitalismo industrial. Essas alterações modificaram o contexto político nacional, onde os trabalhadores urbanos ganham maior importância. As reformas implantadas por Vargas inauguraram uma fase da expansão dos direitos sociais, com a introdução e melhoramento da legislação social, nas áreas sindical, trabalhista e previdenciária (GOMES,

1988). O que marcou essa transformação foi a passagem de um sistema de base agro-exportadora para uma sociedade urbana e industrial. O Estado voltou-se para o fortalecimento de uma indústria de base<sup>5</sup>, sendo o agente primordial da modernização econômica.

Mas, ao lado dessas mudanças substantivas no país o regime adotou uma série de medidas repressivas. Vargas adquiriu poderes excepcionais, a ponto de extinguir os partidos políticos, dissolver o Parlamento e limitar as liberdades políticas. A repressão policial se tornou constante ainda mais quando o comunismo foi eleito “inimigo potencial”. Com essas práticas, Vargas buscou diminuir a autonomia dos estados para que esses não ficassem vulneráveis a penetração de ideologias revolucionárias. Procurou ainda, ampliar o sistema de vigilância e os métodos coercitivos com relação aos suspeitos. Consolidando o inimigo nos primeiros dias do novo regime, o Estado negou qualquer eficácia a algum tipo de solução política e iniciou a prática de soluções físicas (CANCELI, 1993). Seguindo sua lógica, fazia-se necessário o uso de instrumentos de violência para assegurar a ordem e garantir sua própria existência.

Por isso, delimitamos nossa temática aos anos de 1945 a 1953 por se tratar de um momento contraditório. Com o fim do Estado Novo em 1945, inaugura-se um período de democratização, a qual possibilitou ao PCB, dois anos de legalidade (1945-1947). A Constituição de 1946 garantia a liberdade de manifestação do pensamento, de consciência, crença e de defesa mediante qualquer acusação, mas não era colocada em prática. Símbolo dessa inaplicabilidade foi a promulgação, em 1953, da Lei de Segurança Nacional, que centralizava ainda mais o controle da sociedade civil nas mãos do Estado.

Marcado pelo fim tanto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) quanto da ditadura do Estado Novo (1937-1945), o ano de 1945 foi palco inaugural do período de democratização, momento acolhido para os trabalhadores com esperança de justiça e liberdade. Mesmo com essas expectativas, a volta da democracia significava também o retorno ou a permanência da “invenção de direitos”<sup>6</sup>, a qual implicava a necessidade de seu cumprimento, que por sua vez dependia da participação e organização dos trabalhadores.

No âmbito político os antecedentes não eram nada animadores. Após o levante comunista de 1935 foi promulgada a Lei de Segurança Nacional, a Constituição deixou de vigorar e o país tomou a direção do fechamento do sistema político, culminando com o golpe de 1937, que instaurou a ditadura. Partidos políticos foram proibidos, declarou-se a censura à imprensa, liberdades públicas foram contidas, as tendências de oposição de diferentes tons foram reprimidas com mão-de-ferro, por fim, o poder centralizou-se na Presidência da República e estabeleceu-se a prática de governar por meio de decretos-lei.

No entanto, o aparato repressor não é um legado de Vargas. A censura no Brasil remonta a tempos coloniais. Em 1547, sob a ordem do Infante D. Henrique, publicou-se uma lista de livros proibidos, inaugurando o controle e a repressão na divulgação de idéias. Essa herança foi mantida e institucionalizada nos anos precedentes. As Delegacias de Ordem Política e Social surgem na década de 1920 e sua principal função era vigiar os opositores do Estado e evitar a formação de movimentos operários. A partir de então, a prática da vigilância tornou-se rotina e os inimigos do país variavam de acordo com o governo e a conjuntura mundial do momento.

Pode-se afirmar que tanto no campo trabalhista quanto no ideológico, o Estado Novo foi sinalizado pela opressão política, arbitrariedade patronal, deterioração nas condições de vida e perda de direitos. Enquanto o empresariado recebia apoio contra tudo que taxavam como “atos indesejáveis”, estavam livres da fiscalização dos órgãos públicos e dos sindicatos, os trabalhadores reclamavam da estreiteza da lei, limitada apenas a algumas categorias profissionais – cerca de 3% dos trabalhadores de todo o país –, enquanto que o pagamento do imposto sindical, instituído por Vargas em 1940, era obrigação de todos os trabalhadores (D’ARAÚJO, 2003).

Além do mais, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), presente de Vargas aos trabalhadores em 1943 e ostentada como “a mais avançada legislação social do mundo”, beneficiou apenas uma minoria urbana. Os trabalhadores rurais ficaram à margem desse processo. Somente em 1963, com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, Lei nº 4.214, de 03 de março, o homem do campo passou a receber garantias trabalhistas como o trabalhador da área urbana. Estrategicamente, essa extensão dos direitos trabalhistas não incluiu os trabalhadores do campo porque esses eram a maioria no país. E como a preocupação de Vargas era desenvolver o setor industrial, o fato de a legislação contemplar os trabalhadores urbanos tornou-se atrativa aos olhos de quem morava no campo. Então, muitos desses migraram para as cidades em busca de melhores condições de trabalho. Em contrapartida, os que permaneceram no campo ficaram sem o amparo de uma legislação que garantisse seus direitos.

Nesse contexto, o PCB, posto na ilegalidade após participar da insurreição de 1935 ao lado da Aliança Nacional Libertadora na luta para depor o governo, tenta se reorganizar e volta a atuar no início dos anos de 1940, com uma participação ativa no combate ao nazifascismo e na luta pelas liberdades democráticas. Conquista a legalidade em 1945, procurando ser um partido de massas, maleável e democrático. Os comunistas se revelaram ágeis na organização de vários Comitês Populares e Democráticos. Nas cidades, procuravam discutir

temas como habitação, instrução e saúde públicas, custos dos gêneros de primeira necessidade, etc. Criaram ainda os comitês profissionais, os quais tinham a função de atuar em sindicatos, pois o partido não fazia parte da diretoria dessas agremiações.

É nessa década também que o “Partidão” começa a se engajar na luta pela questão agrária, que ganhou forças, principalmente no período de sua legalidade, entre os anos de 1945 a 1947. É inegável que a sua principal preocupação sempre foi o movimento operário, muito embora houvesse interesse do partido em organizar o campesinato. Mas o empenho por essa questão só foi despertado, na prática, em fins da década de 1940, quando houve sinais de agitação no norte do Paraná envolvendo brigas pela posse da terra. Esse movimento, conhecido como Revolta de Porecatu (1948-1951), iniciou as atividades do PCB no campo. Daí em diante houve uma seqüência de conflitos nos quais o PCB iria atuar como a “Revolta do Sudoeste” (1957), também no Paraná; “Trombas e Formoso” em Goiás; “Demônios de Catulé” em Minas Gerais e “Santa Fé do Sul”, em São Paulo.

No entanto, no dia 7 de maio de 1947, por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, o PCB é colocado na ilegalidade, contradizendo a Constituição de 1946. Considerada por muitos como símbolo da democracia, consagrando as liberdades previstas na Constituição de 1934, a Constituição de 1946, marcou para a história a recuperação da liberdade e a restituição dos órgãos democráticos. Diante desse paradoxo, procuramos interpretar a prática do sistema democratizado, interpretando a aplicação dessa Carta de maneira dualística. De um lado, para assegurar os direitos e de outro, para limitar o pluralismo político. Desse modo, trabalhamos com a perspectiva de que a repressão, em termos, continuou, chegando a adotar formas superiores de violência, exemplificadas na intensificação da repressão aos movimentos sociais, em particular, às organizações políticas de esquerda. Por isso, uma de nossas pretensões foi cogitar o fato de que esse momento não era tão democrático quanto se pensava.

A Lei de Segurança Nacional de 1953 confirma essa hipótese. Afinal, se estávamos mesmo em um período democrático, por que houve a necessidade de elaborar mais uma Lei de Segurança Nacional? Formulada inicialmente com o anteprojeto de 1947, a LSN de 1953 só foi promulgada pelo Congresso em 5 de janeiro de 1953, no segundo governo Vargas, sob a vigência da Constituição de 1946. Essa lei definia crimes contra a segurança externa ou interna do Estado e também contra a ordem política e social. Em outras palavras, veio arrematar as leis de 1935 e de 1938, as quais, respectivamente, definiam crimes contra a ordem política e social e crimes contra a personalidade internacional do Estado, a estrutura e segurança do Estado e contra a ordem social (REZNIK, 2004). É importante ressaltar que muitos países criaram legislação semelhante à Lei de Segurança Nacional aplicada no Brasil.

Essas leis tinham a função de proteger o país e foram criadas com o objetivo de contribuir na defesa contra os inimigos externos. Mas, contradizendo a regra, as Leis de Segurança Nacional eram utilizadas contra inimigos internos.

Paralelo a esse problema, analisamos os principais métodos de fiscalização e de coerção arquitetados pela Delegacia de Ordem Política e Social contra os comunistas na região norte do Paraná, procurando apresentar a estrutura institucional da Dops, examinando os meios utilizados por esse órgão para vigiar, censurar e reprimir os militantes comunistas e os movimentos sociais que esses promoviam ou participavam.

Procuramos trabalhar a ação da polícia política no Paraná, como estudo de caso, a fim de pensarmos a contradição na qual um Estado, dito efetivamente republicano e democrático, utiliza-se de uma organização policial capaz de legitimar e amparar práticas comuns em regimes autoritários, principalmente com relação aos militantes e simpatizantes do comunismo. Os comunistas eram considerados os principais inimigos do Estado nesse momento. A eles reputava-se a responsabilidade pela ação e existência da polícia política. Como doutrina, o comunismo questionava os preceitos do capitalismo, dos seus ideólogos e, fundamentalmente dos representantes da burguesia. Além do mais, tentaram se organizar internacionalmente, com o objetivo de mudar o mundo de acordo com as suas visões políticas, sendo por isso, considerados uma ameaça a ser combatida, ainda mais após a tentativa por eles ensaiada de tomar o poder no país em 1935.

Nesse sentido, pensar a República no Brasil, no período aqui proposto (1945-1953), requer ponderar as práticas voltadas ao interesse público, na medida em que, as autoridades – influenciadas ou não por organismos externos ou internos – visam transmitir a imagem na qual, enquanto governantes, estariam contribuindo para uma vida social, livre e democrática.

As relações do Estado brasileiro com os movimentos de esquerda, particularmente com o comunismo, bem como as formas e instituições de repressão, são temas amplamente estudados pela academia brasileira. Muito se tem escrito sobre o PCB, mas essas análises se detêm a uma perspectiva nacional, se preocupando em expor seus antecedentes e realizações, privilegiando apenas o eixo Rio-São Paulo. E mesmo assim, foram poucos os que conseguiram vislumbrar o universo de interesses ocultos nas entrelinhas da História. Se formos fiéis a autores como José Antônio Segatto, Gregório Bezerra, Astrojildo Pereira e muitos outros, veremos que as abordagens circundam, no campo da militância política. Além desses trabalhos, outros, como os de Gildo Marçal Brandão e Ronald Chilcote não privilegiam as abordagens regionais, as diferenças e semelhanças de um Estado para outro e sua comparação em âmbito nacional.

Como se trata de primeiras produções sobre o partido no Brasil, é natural que essas abordagens sejam produzidas por militantes, incluindo ativistas políticos de esquerda e também jornalistas ou advogados ligados de alguma forma ao movimento comunista.

De certo modo, várias produções, principalmente a militante, privilegiam uma descrição cronológica dos feitos do partido. Descrevem o movimento e as organizações em que ele esteve presente, como greves, congressos, lançamentos de publicações, fundações de associações, organização política, hegemonia nos movimentos sindicais e populares, sempre sob uma perspectiva nacional. São raros os trabalhos que se propõe a analisar o PCB e sua relação com a polícia política nacional nos estados. Até mesmo a produção militante deixa a desejar. Poucos dirigentes comunistas estaduais transcreveram suas experiências. Quando muito, a prática militante desses dirigentes está registrada em depoimentos concedidos a vinte ou vinte e cinco anos do auge de sua militância no partido.

Essa ausência de uma trajetória historiográfica é infelizmente uma realidade no Paraná. Embora haja abundante material de pesquisa – documentos, reportagens, depoimentos, etc – poucos se debruçaram sobre o tema e sistematizaram a experiência do PCB-PR<sup>7</sup>.

O pouco que se sabe é que o PCB passou a existir no Paraná após 1930, mais precisamente depois de 1945, quando da I Conferência Estadual que levou à direção do partido no Paraná os comunistas como: Meireles, Walfrido Soares de Oliveira, Dario, Jacob Schmidt e outros que construíram a história do partido no estado. A situação é mais crítica ainda quando nos referimos ao norte do Paraná. O que se conhece sobre a atuação do PCB nessa região, é apenas direcionado à Revolta de Porecatu, onde os militantes tiveram um importante papel na luta dos camponeses pela permanência da posse da terra. Nomes de muitos comunistas também aí se popularizaram: Manoel Jacinto Correa, Newton Câmara e Flavio Ribeiro são apenas alguns exemplos. Sem falar nos militantes reconhecidos nacionalmente, e que também estiveram deliberando o episódio, que são o caso de Gregório Bezerra e João Saldanha.

Assim, é evidente a falta de uma história dos partidos no Paraná, principalmente com relação ao PCB. Uma história que contemple as várias especificidades da atuação do PCB nas diversas regiões do estado. Nesta perspectiva, pretendemos contribuir para essa ausência, direcionando o estudo do partido no Paraná com o cotidiano da polícia política paranaense.

Analisando-os como atores sociais, observamos ainda a identificação dos principais grupos, movimentos e instituições sociais que mais tiveram suas atividades influenciadas pelo Partido Comunista e controladas pela Dops-PR.

Um dos princípios norteadores dessa investigação é a concepção de que o político não só emerge como se justifica através do conjunto das atividades humanas. Portanto, o campo político pode ser notado na esfera das relações sociais. Dessa forma, ao propormos analisar as ações sociopolíticas construídas coletivamente, por integrantes de diferentes classes e camadas, acreditamos que esses são capazes de formar um organismo político de força social na sociedade civil. Se o objeto da análise dos movimentos sociais é o homem em sociedade e as suas diversas formas de ação, a política se destaca pelo fato desses movimentos sempre estarem envolvidos ou ligados a relações de poder (BERSTEIN, 1996). De tal modo, procuramos levar em consideração as vivências ideológicas, os valores, as tradições e a cultura, bem como o arcabouço socioeconômico e político-autoritário em que esses personagens sociais estão inseridos.

#### *A estrutura da polícia política no Estado do Paraná.*

O Paraná, sobretudo nas décadas de 1940 e 1950, era considerado uma terra de prosperidade, símbolo do progresso e da modernização. No entanto, sendo ícone de oportunidades, atraiu bons e também maus elementos, muitos dos quais, de acordo com Moysés Lupion, governador do Estado no período de 1950 a 1955, interessados na fertilidade das terras ou por outros negócios<sup>8</sup>. Aliás, o comportamento político de Lupion, está vinculado, assim como a maior parte dos partidos políticos da época a uma linhagem do pensamento conservador, uma vertente de poder que representava os interesses empresariais do setor madeireiro, e além do mais, ligado às estratégias e lideranças do PSD, partido oposicionista ao PCB. Diante desse cenário, encoberto de tensões tanto sociais quanto políticas, o poder público irá desenvolver e aplicar diversos pontos que assegurem a ordem. Assim, por parte dos detentores do poder político entendia-se que somente esse aparato poderia reorganizar a sociedade mediante as ameaças desarticuladoras dos desajustados, mendigos, criminosos comuns e infratores – dentre esses, principalmente os proliferadores de ideologias “exóticas”, com destaque aos comunistas, principal alvo da polícia política no período trabalhado.

Como afirma Rivail Carvalho Rolim (2000: s/p.), as primeiras medidas tomadas nesse processo de organização da polícia política no Paraná, foi o desligamento da Chefatura de Polícia da Secretaria do Interior e Justiça e a formulação de um cargo comissionado para o Chefe de Polícia no âmbito geral do serviço funcional público civil do Estado, argumentando

que deveria existir autonomia nos serviços policiais. Durante toda a década de 1950 sempre foi assinalada pelos governantes a necessidade de criação de delegacias regionais. Em fins dos anos de 1950 foram criadas duas em Ponta Grossa e mais doze Delegacias em vários municípios do interior do Estado. Construíram-se também Delegacias em Bandeirantes, São Jerônimo da Serra, Porecatú, Jaguapitã, Cruzeiro do Oeste, Toledo, Palmas, Santo Antônio da Platina, Palmeira, Reserva, São José dos Pinhais e Bocaiúva do Sul.

Ao que tudo indica essa preocupação em instalar Delegacias Regionais é uma resposta à organização comunista paranaense. Desde fins dos anos de 1940 os membros do PCB tinham construído duas estruturas de direção intermediárias<sup>9</sup>, além de uma estrutura estadual centralizada e uma forte organização nos municípios. A polícia temia as conseqüências do forte controle político empenhado pelo partido, principalmente pelo caráter centralizador das células, a qual era a forma política mais utilizada entre os militantes. A organização do PCB a nível nacional acontecia a partir da célula – ou organismos de base –, seja ela do local de trabalho e estudo. Ainda assim, eram reforçadas e na maioria das vezes atuavam na clandestinidade, já que corriam riscos de serem abordados pela polícia. No Paraná, a exemplo de outros estados, as células se organizavam de acordo com repartições, como: células de empresas, sindicatos, associações, diretórios municipais, um dos dois comitês distritais e por último, o Diretório Regional. (GONÇALVES, 2004: 49-50).

Apesar do policiamento repressivo, ao observarmos as práticas dos comunistas e trabalhadores urbanos e rurais, em geral, nos damos conta de que eles efetuaram uma espécie de alargamento do espaço da política. Resistindo a política de coação e tradicionalmente instituída, politizaram as questões do cotidiano na busca de direitos igualitários em um momento considerado democrático. E isso, de certa forma, foi resultado não só das próprias ações dos trabalhadores, mas também de sua interação com outros agentes e principalmente a facilidade ao acesso de organizações esquerdistas no estado, as quais sobreviveram apesar da política anticomunista praticada pelas autoridades policiais. Ambos mostraram que havia recantos do real desconhecidos pelo discurso estabelecido e não explícitos no palco da vida pública. Formaram, então, um espaço público além do sistema de representação política.

#### *A Lei de Segurança Nacional: instrumento jurídico anticomunista.*

A Lei de Segurança Nacional foi fundamentada por um conjunto de idéias, comumente denominada de Doutrina de Segurança Nacional<sup>10</sup>, responsável por abranger,

teoricamente, elementos ideológicos e de diretrizes para a infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais. Sua influência foi marcante no Exército brasileiro, sobretudo pela relevância no treinamento profissional e ideológico dos militares, tanto aqueles de alta patente quanto os dos importantes tecnocratas da burocracia do Estado.

Um instrumento importante para compreendermos essa associação entre Doutrina de Segurança Nacional, Lei de Segurança Nacional e Exército, é conhecermos a forma de agir do aparato policial-militar. Isso porque, além de contribuir para a expansão da doutrina a outros centros de treinamento de civis e militares, as esferas político-militares, em especial, a Escola Superior de Guerra (ESG), acrescentaram em seus ensinamentos uma visão ampla de segurança nacional que evoluiu “de uma definição parcial de segurança interna e externa para uma visão mais abrangente da segurança nacional integrada ao desenvolvimento econômico” (ALVES, 1984, p. 34).

Os militares, no imediato pós-guerra, receavam um conflito de proporções a um novo conflito mundial entre os dois blocos de países – capitalistas e socialistas. Duvidavam da capacidade das Nações Unidas de intervir e amenizar as relações entre os mesmos, sobretudo entre soberanias conflitantes. Tão logo, temiam a eficiência do direito internacional em mediar possíveis relações colidentes entre os países. Diante disso, a definição do conceito de segurança nacional, assumiu características novas e extremamente complexas.

Curiosamente, os comunistas também temiam a possível eclosão de um novo conflito. Atentavam para as perdas humanas, caso isso viesse a acontecer, ao contrário dos militares, que se viam no direito de arbitrar as relações internacionais e com isso evitar a guerra com medidas drásticas e enrijecimento das leis repressoras. Veja um panfleto comunista no qual a característica central baseia-se em apelações humanitárias:

*Paz, SIM! Guerra, NÃO! São muitas as famílias paranaenses que tem seus filhos sepultados (...). Levantemo-nos contra a Terceira Guerra Mundial! Podemos e devemos ganhar a grande batalha da paz!” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – DOPS/PR. Pasta 0326, caixa 038 – Congresso Estadual Pró-paz).*

De início, quando do período da democratização e legalização do PCB, o clima generalizado de aceitação de todas as correntes políticas obrigou até mesmo os militares mais direitistas a adotar posições de cunho democráticas. Até mesmo o general Dutra, tão empenhado em cassar o PCB em 1947, aderiu à preleção em favor das liberdades. Em 31 de

dezembro de 1944, Dutra afirmou num discurso que a nação ansiava “por se embriagar do ideal de liberdade e das esperanças de um mundo onde operem a lei e a justiça”, e referindo-se aos soldados brasileiros, mencionou que eles estavam “vertendo o sangue e dando a vida, não por uma ordem material, que se alcança facilmente, mas por uma ordem íntima e de consciência que só se obtêm através da segurança dos instrumentos do direito.” (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, CPDOC-FGV Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/4366\\_1 .asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/4366_1.asp)>. Acesso em: 25 de abril de 2008).

No âmbito militar, a partir de 1946 ocorreram várias mudanças, principalmente no Exército, no qual a “organização, treinamento e armamento foram ajustados ao modelo norte-americano” (MOURA, 1991: 67). Ao contrário do que Dutra havia dito, o Exército brasileiro se aproximou muito mais dos Estados Unidos e de sua influência, muito embora essa aproximação tenha iniciado antes de sua gestão, precisamente em 1941, quando o Brasil passa a comprar material bélico do Exército estadunidense, afastando-se cada vez mais do Exército alemão.

Já em 1942, marcando essa justaposição, é firmado um acordo político-militar secreto entre os dois países. Por meio deste, forma-se duas comissões militares conjuntas, uma localizada em Washington e outra no Rio de Janeiro, as quais tinham por objetivo compartilhar estratégias de defesa para o Nordeste e elevar a capacitação das Forças Armadas Brasileiras. (REZENDE, 2006: 12)

Além do mais, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) contribuiu para o reatamento dos dois exércitos já que todo seu processo de criação se remete fundamentalmente a iniciativa norte-americana. Isso porque o governo dos Estados Unidos via o envio das tropas da FEB para a Segunda Guerra Mundial como mecanismo importante para aumentar a influência sobre as Forças Armadas Brasileiras, sobretudo no pós-guerra.

Tudo isso sustenta, *grosso modo*, que os militares teriam feito a união entre a Doutrina de Segurança Nacional e a geopolítica anterior a ela formulando, dessa forma, a base científica e doutrinária necessária para legitimar a aplicação dos objetivos de um Estado autoritário e militarista concretizado em 1964, mas que já se criava em momento prévio, no período conhecido como “interregno democrático”.

É bom lembrar que o anticomunismo norte-americano surgiu ainda na década de 1920 com o temor da Revolução Bolchevique em seu território<sup>11</sup>. Somente depois de 1940 que as forças anticomunistas se voltaram para a mídia estadunidense. No Brasil não foi diferente. É mais provável que os Estados Unidos usasse como estratégia o treinamento das polícias estrangeiras – e dentre elas a brasileira – como instrumento a fim de ter para si o

controle dos sistemas de segurança interna dos países favorecidos e não o de promover a divulgação da democracia (HUGGINS, 1998: 22). Assim, não só a propaganda em geral passou a ser cerceada. Todas as formas de expressão, as concepções e ideologias contrárias ao regime eram punidas.

Mas, será que podemos dizer, então, que as Leis de Segurança Nacional, e em particular, a Lei de Segurança Nacional de 1953, seria resultado da influência e da política de “boa vizinhança” norte-americana?

Cairíamos no simplismo se responsabilizássemos apenas as autoridades policiais estadunidenses na formulação da Lei de Segurança Nacional de 1953, muito embora seja inegável a sua influência por interesses anticomunistas na formulação dessa lei. Como demonstra a autora Martha Huggins (1998: 25), a partir de 1930 institui-se uma nova forma de controle estadunidense na América Latina. A “ajuda” passou a ser indireta já que os Estados Unidos passaram a defender a política da “boa vizinhança” e o respeito pela soberania dos demais países do continente. Executando um trabalho minucioso de penetração quase invisível nesses países, a polícia política norte-americana firmava tratados e acordos para troca de informações e o país interessado poderia pedir auxílio ao FBI para montar seu serviço secreto.

A base da polícia política norte-americana, em Washington, mantinha contato com o aparato policial no Rio de Janeiro através da embaixada norte-americana no Brasil. E como de praxe o tema “comunismo” predominava nas correspondências, como no relatório abaixo:

*(...) O relatório traça, e avalia os resultados das estratégias e táticas Comunistas no Brasil desde a ilegalização do partido, em 1947. Não tem as informações recebidas de outras fontes, indicando um declínio na força Comunista do Brasil, mas parece ser produtivo em relação ao movimento comunista Brasileiro, o qual está ‘destinado à desintegração absoluta, e não está longe o dia em que essa ideologia exótica tornar-se-á o objeto de formal repúdio pelos brasileiros.’<sup>12</sup> (ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Department of State Office of American Republic Affairs, American Embassy, 18 July, 1949 (CONFIDENTIAL). n.º: 832.00B/7-| 849).*

Esse relatório é uma transmissão elaborada pelo Departamento de Polícia do Rio de Janeiro e trata da ilegalização do Partido Comunista Brasileiro. Observa-se aí o repúdio e até mesmo a convicção de que os brasileiros possivelmente iriam sentir após a cassação do Partido.

No entanto, em relatório de 8 de julho de 1951, os agentes da DOPS paranaense da regional de Londrina demonstram que a reação no Estado não foi nada parecida ao esperado

pela polícia política estadunidense há dois anos antes. Afirmam que o PCB estava desrespeitando as ordens do Superior Tribunal Eleitoral, o qual havia retirado os direitos de exercer atividades político-partidárias. Como consequência, “tudo isso gerou uma situação complexa, de desajustamento e incompreensão, da qual se apoderou a agitação comunista, agravando o mal e estabelecendo, em toda essa zona, um clima de insurreição e subversão da ordem.” (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (DOPS/PR). Delegacia de Polícia de Londrina (1941 a 1943, 1961,1976, 1978, 1981) Pasta 544d; caixa 61). Mais do que desordem, o relatório aponta ainda que ao invés de ser tratado com repúdio – como esperado pelo aparato policial norte-americano no documento de 1949 –, os comunistas aproveitaram a situação do cancelamento do partido, para se auto-pronunciarem como vítimas da oposição:

*“Não apenas em todo o País, mas em todo o mundo, a propaganda comunista se distingue pela mentira e pelo embuste. No Brasil, especialmente depois que lhe cassaram uma legalidade conferida por distração do Superior Tribunal Eleitoral, serve-se o Partido Comunista de uma série de rótulos, cada qual mais inocente, convergindo todos para a dupla finalidade de iludir os incautos e mascarar suas atividades subversivas, proibidas por lei. (...)”* (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (DOPS/PR). Delegacia de Polícia de Londrina (1941 a 1943, 1961,1976, 1978, 1981) Pasta 544d; caixa 61).

No próprio relatório preparado pela Divisão de Política e pela Polícia Especial do Departamento de Polícia do Rio de Janeiro houve reação anticomunista ao transmitirem o comportamento do PCB mediante sua proscricção. O partido, em resposta ao cancelamento de sua legenda política adota uma postura mais agressiva, oculta durante os tempos de democratização e que resultou no Manifesto de 1948:

*Imediatamente após o fechamento do Partido, seus membros e diretores se viram em um tal estado de apreensão pela nova lei e pela severa repressão da polícia política que eles foram forçados a procedimentos cautelosos. Agindo sob instruções contidas em um manifesto de seu líder, LUIZ CARLOS PRESTES, nos últimos três meses de 1948, agitadores comunistas começaram a operar em aberto. Abandonaram a posição pacifista que supostamente tinham tomado anteriormente, e se tornaram agressivos, ousados e ameaçadores.<sup>13</sup>* (ARQUIVO PESSOAL DE TERESA URBAN. Department of State Office of American Republic Affairs, American Embassy, 18 July, 1949 (CONFIDENTIAL). n°: 832.00B/7-| 849).

Pressões e influência direta dos Estados Unidos também contribuíram para a ilegalização do PCB. A perspectiva era que a interferência não só no Brasil como nos outros

países da América Latina garantisse os interesses estadunidenses através da “segurança interna do país onde as forças armadas fossem fracas e envolvidas demais na política, ou até mesmo inexistentes; os norte-americanos criaram forças policiais cuja primeira lealdade seria para com os Estados Unidos” (HUGGINS, 1998: 31). Na década de 1930 a “ajuda” à América Latina passou a ser indireta, já que os Estados Unidos se pôs em defesa à política de “boa vizinhança”, respeitando a soberania dos demais países da América. Desde então as formas de penetração se tornaram praticamente invisíveis.

Esta forma de influência, a qual Huggins, chama de “internacionalização pela porta dos fundos”, foi muito praticada durante o período de Getúlio Vargas. A colaboração entre a polícia política brasileira e a embaixada americana no embate ao comunismo era tamanha que a Dops do Rio de Janeiro permitia o acesso a documentos que negava inclusive ao Ministério das Relações Exteriores (HUGGINS, 1998: 54). Esse intercâmbio, feito principalmente pelos agentes do Federal Bureau of Investigation (FBI) contribuiu para organizar e centralizar as forças policiais na América Latina já no momento anterior à Segunda Guerra Mundial, sobretudo no Brasil.

E foi por meio dessa interferência que, como nos Estados Unidos, a sociedade brasileira – e a exemplo disso, também a paranaense –, principalmente as elites e classes médias dos tempos de Guerra Fria, estiveram marcadas por uma forte e organizada presença do anticomunismo. Como consequência da perspectiva de desenvolvimento defendida para o anseio de determinados grupos sociais, entre eles a esfera institucional da polícia política, o anticomunismo veio impedir a expansão dos direitos democráticos para os demais campos da sociedade, agravando o quadro de contradições e desigualdades sociais presentes na mesma. A repressão as constantes tensões registradas no norte do Paraná, como a Revolta de Porecatu e a movimentação por uma luta política cotidiana nas cidades, comprovam a atitude anticomunista herdada por grupos ou instituições no Estado e, principalmente, a intensidade de tal combate e a forma como ele funcionava.

Por isso, podemos considerar o anticomunismo, presente nas esferas governamentais e expandidos para a população de modo geral, como uma “herança” estadunidense, visto que o comunismo antes de ser concebido como inimigo “número um da nação” era oponente mortal dos Estados Unidos. Nesse sentido, para os norte-americanos a única via de se obter progressos na luta contra o comunismo era “modernizar, internacionalizar e coordenar de maneira centralizada o planejamento e as operações dos serviços norte-americanos de inteligência.” (HUGGINS, 1998: 83). A solução seria, portanto, treinar as polícias latino-americanas a fim de que tivessem esse mesmo objetivo. Assim, além de serem convencidos

do perigo eminente, os governos latino-americanos deveriam ser persuadidos da hipótese de que somente o reforço da segurança interna propiciaria o desenvolvimento econômico do país. Adotando essa postura, a polícia política brasileira, em particular a paranaense, tomaram como missão impedir a manifestação de opositores, com destaque ao monitoramento e repressão as insurreições e aos comunistas.

Partindo da tentativa em compreender o comportamento político da polícia política paranaense entre os anos de 1945-1953, procuramos demonstrar que o aparato policial do Paraná se identificou com os projetos políticos a nível nacional e mundial reagindo de forma repressiva principalmente contra os comunistas, taxados como “inimigos da ordem”. Isso não ocorreu em função de alguma presença de violência social que ameaçasse os planos políticos, mas porque foi partilhada de valores, atitudes e crenças de um imaginário anticomunista, construção essa que precede a tentativa de tomada do poder, feita pelos comunistas em novembro de 1935.

Dessa forma, o PCB, em oposição às autoridades policiais, exerce o papel de “mediação política” procurando interpor às necessidades da sociedade até elas serem atendidas na esfera pública. É no espaço entre o problema e o discurso que se “situa a mediação política, e esta é obra das forças políticas, que têm como uma de suas funções primordiais precisamente articular, na linguagem que lhes é própria, as necessidades e ou as aspirações mais ou menos confusas das populações” (BERSTEIN, 1996: 61).

Ainda hoje, podemos notar que os partidos tentam exercer essa mediação política. Da mesma forma, percebemos atualmente a tenacidade dos modelos autoritários de polícia e, como conseqüência, do isolamento dessa instituição para com a sociedade. É questão de se pensar a violência policial na ordem do dia e se essa repressão não tem heranças, ligações ou persistência nas práticas abusivas constantemente exercitadas pelas autoridades policiais em fins da década de 1940 e início dos anos de 1950. As leis de segurança nacional nos últimos anos têm acentuado seu caráter totalitário e antidemocrático, ratificando o fato de que a justiça militar se transforma num poder repressivo terrível que trabalha contra a democratização do país. Vivemos agora novos tempos. Há hoje, consciência nacional da necessidade urgente de reformulação do aparato político e policial, os quais devem ser submetidos às exigências fundamentais da defesa do Estado num regime de liberdade.

#### *Notas finais:*

---

\* Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestre em História. *Linha de pesquisa:* Política e Movimentos Sociais (UEM). *E-mail:* [veronicaipolito@yahoo.com.br](mailto:veronicaipolito@yahoo.com.br).

---

\* Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutor em História (UNESP). Professor associado do Departamento de História/UEM. E-mail: [aapriori@uem.br](mailto:aapriori@uem.br).

<sup>1</sup> De 1922 a 1960, o nome correto era Partido Comunista do Brasil, cuja sigla era PCB. No entanto, em fins da década de 1940 a oposição alega que o nome Partido Comunista do Brasil sugeria uma extensão do Partido Comunista Internacional (comandado pela União Soviética) no país. Nesse sentido, acreditava-se que o partido não defendia os interesses brasileiros, mas os interesses internacionais. Em 1960, o PCB, buscando retornar à legalidade, muda o nome para Partido Comunista Brasileiro e a sigla continua a mesma. Nesse mesmo ano, dividiu-se em duas alas: a dos “reformistas”, que pretendiam mudar o nome para Partido Comunista Brasileiro, visando a obtenção de uma situação eleitoral legal e convencer o Tribunal Superior Eleitoral de que o partido era verdadeiramente nacionalista por natureza e não um instrumento da União Soviética, como havia afirmado o Tribunal em 1947, quando da proscrição do PCB; e a ala dos “revolucionários”, que queriam manter a radicalização implantada no Partido desde o Manifesto de Agosto de 1950. A partir da cisão do PCB, foi criado em 1962 um novo partido, denominado, nesse momento em diante, de Partido Comunista do Brasil. Portanto, a partir de 1962 teremos dois partidos comunistas: o tradicional e objeto de nossa análise, que passou a se chamar Partido Comunista Brasileiro (PCB) e outro, o Partido Comunista do Brasil (PcdoB), criado em 1962 e fruto da cisão de 1960.

<sup>2</sup> A qual garantia a liberdade de manifestação do pensamento, de consciência e crença e de defesa mediante qualquer acusação.

<sup>3</sup> “Lógica da suspeição”: todos os indivíduos estavam “sujeitos” à subversão e era papel da DOPS investigar e fichar os “suspeitos” de praticar a perturbação da ordem pública.

<sup>4</sup> A industrialização por substituição de importações foi particularmente importante entre o início da década de 1930 e fim dos anos de 1970 no Brasil. Na prática, esse sistema procura estimular o crescimento da produção industrial com a expansão da demanda interna, ao mesmo tempo em que propõe uma redução do coeficiente de importações da indústria. Sobre esse tema, consultar: SIMONSEN, Mario Henrique; CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro. Biblioteca do exército - J. Olympio, 1975. Outro trabalho relevante para compreender a importância dessa temática no contexto aqui proposto é: FISHLOW, Albert. Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil. In: VERSIANI, Flávio Rabelo; BARROS, José Roberto Mendonça de (orgs.). *Formação econômica do Brasil: a experiência de industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1977, p. 7- 40.

<sup>5</sup> A decadência da agricultura cafeeira provocada, principalmente, pela quebra da Bolsa de Nova York em consonância com as mudanças geradas pela Revolução de 1930 modificou os rumos da política econômica, que passou a buscar uma fundamentação nacionalista e industrial. Logo que assume o governo, Getúlio Vargas anuncia a implantação de indústria de base, a fim de que produzissem as matérias-primas e as máquinas a serem utilizadas no processo industrial. Com essa medida, o governo pretendia reduzir a importação do país e, consequentemente, estimular a produção nacional de bens de consumo. Vargas investiu firmemente na infraestrutura industrial de base e energia, criando órgãos como Conselho Nacional do Petróleo (1938), Companhia Siderúrgica Nacional (1941), Companhia Vale do Rio Doce (1943) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945). Sobre a história da indústria brasileira, consultar: SUSIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>6</sup> Ângela de Castro Gomes (1988) trabalha essa questão afirmando que o caminho da cidadania no Brasil perpassa pela questão dos direitos sociais e pela luta para a expansão da participação política, que deve envolver a classe trabalhadora e os vínculos que ela estabelece com o Estado.

<sup>7</sup> Uma análise sobre a atuação de comunistas na região de Curitiba pode ser encontrada no trabalho: GONÇALVES, Márcio Mauri Kieller. *Elite vermelha: um perfil sócio-econômico dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro no Paraná (1945-1964)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

<sup>8</sup> Para maiores informações, consultar o artigo: ROLIM, Rivail Carvalho. *A reorganização da polícia no Estado do Paraná nos anos 1950*. Revista de História Regional, vol. 5 – nº 1 – verão 2000.

---

<sup>9</sup> Essas estruturas intermediárias localizadas eram o CD1 e o CD2. A primeira era responsável pelas atividades comunistas no norte do Estado, especificamente em Londrina, e a outra, para o sul do Estado, em Curitiba.

<sup>10</sup> Maria Helena Moreira Alves (1984, p. 33) afirma que as origens da Doutrina de Segurança Nacional na América Latina, e mais especificamente no Brasil, remontam ao século XIX e são caracterizadas por teorias antimarxistas e até tendências conservadoras do pensamento social católico. Essa teoria consolida a legislação que garante a autoridade militar e governamental, fazendo com que os direitos fundamentais fiquem a mercê do sistema. O que vale é a vigilância do possível inimigo, que muda conforme a conjuntura. No momento aqui especificado (1945-1953), o alvo a ser combatido é, principalmente, o comunismo.

<sup>11</sup> Ver: CHOMSKY, Noam. *Novas e velhas ordens mundiais*. São Paulo: Scritta, 1996 e BURLINGAME, Roger. *A sexta coluna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

<sup>12</sup> “(...) The report outlines, and appraises the results of, Communist strategy and tactics in Brazil since the illegalization of the party, in 1947. It bears out information received from other sources, indicating a decline in Communist strength in Brazil, but appears to be highly optimistic in its prediction that the Brazillian Communist movement is ‘destined for the most absolute disintegration, and the day is not far off when that exotic ideology will become the object of the most formal repudlation by the Brazilian people.’”

<sup>13</sup> “Immediately after the closing of the Party, its members and directors were thrown in to such a state of apprehension by the new law and by the severe repression from the Political Police that they were forced to proceed cautiously, Acting upon instructions contained in a manifesto from their leader, LUIZ CARLOS PRESTES, in the last three months of 1948, Communist agitators began to operate in the open. Abandoning the supposedly pacifist stand they had previously taken, they became aggressive, and boldly threatening. This change in policy, wich reached its clímax in december, 1948”.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

BATALHA, Cláudio H. M. I. *A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências*. In: FREITAS, Marcos César de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. Bragança Paulista/São Paulo: Universidade São Francisco/Contexto, 1998.

BERSTEIN, Serge. Os partidos políticos. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ – Fundação Getúlio Vargas. 1996.

BEZERRA, Gregório. *Memórias: segunda parte (1946-1969)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. *A representação política: elementos para uma teoria do campo político*. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRANDÃO, Gildo. M. *Esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista (1920-1964)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. *Na boca do sertão: o perigo político no interior do Estado de São Paulo (1930-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado - Imprensa Oficial do Estado, 2003.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro. Biblioteca do exército - J. Olympio, 1975.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da Era Vargas*. São Paulo: Edumb, 1993.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Estado Novo, o Dops e a ideologia de segurança nacional*. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro: Graal, 1974.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Estado, classe trabalhadora e políticas sociais*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (org.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.2, p. 213-239.

DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro. CPDOC - Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/4366\\_1.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/4366_1.asp)>. Acesso em: 25 de abril de 2008.

FISHLOW, Albert. Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil. In: VERSIANI, Flávio Rabelo; BARROS, José Roberto Mendonça de (orgs.). *Formação econômica do Brasil: a experiência de industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1977, p. 7- 40.

GARCIA, Eugênio Vargas. O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989). *Revista Brasileira de Política Internacional*, s/v. n. 40, p. 18-40, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

GONÇALVES, Márcio Mauri Kieller. *Elite vermelha: um perfil sócio-econômico dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro no Paraná – 1945-1964*. Dissertação de mestrado. Curitiba: UFPR, 2004.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América*. São Paulo: Cortez, 1998.

MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991.

PANDOLFI, Dulce. C. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB (1922-1928)*. Lisboa: Prelo, 1976.

PRIORI, Angelo. *O PCB e a questão agrária: os manifestos e o debate político acerca de seus temas*. In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Córtes, 2003.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

REZENDE, Renato Arruda de. *1947, o ano em que o Brasil foi mais realista que o rei: o fechamento do PCB e o rompimento das relações Brasil-União Soviética.*

REZNIK, Luis. *Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra.* Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ROLIM, Rivail Carvalho. A reorganização da polícia no estado do Paraná nos anos de 1950. *Revista de História Regional*, v. 5, n. 1, s/p., 2000.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 30, p. 9-22, 1995.

SEGATTO, J. A. *Uma breve história do PCB.* São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

SUSIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento.* São Paulo: Brasiliense, 1986.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

#### *DOCUMENTOS:*

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – DOPS/PR. *Congresso Estadual Pró-paz.* Pasta 0326, caixa 038.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (DOPS/PR). *Delegacia de Polícia de Londrina (1941 a 1943, 1961, 1976, 1978, 1981).* Pasta 544d, caixa 61.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA. *Communist Activies in Curitiba.* São Paulo, Reproduced at the National Archives, out. 1949.

FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA. Department of State Office of American Republic Affairs, American Embassy, 18 July, 1949 (CONFIDENTIAL). nº: 832.00B/7-| 849.